

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

A Companhia, consoante o disposto no art. 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09 e com base no item 10 do Formulário de Referência, apresenta os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, conforme disposto a seguir:

10. Comentário dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Seu capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, pelo menos, para os próximos doze meses.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem, quais sejam:

Em reais mil

R\$ mil	2012	2011	2010
Dívida líquida	3.727.539	3.926.559	3.563.709
Patrimônio líquido	18.513.073	19.014.205	19.029.437
Nível de alavancagem	0,17	0,21	0,19

O endividamento líquido ao final dos exercícios de 2010, e 2011 e 2012 era de R\$3,6 milhões, R\$3,9 milhões e R\$3,7 milhões respectivamente. A relação entre dívida

líquida e EBITDA era 4,7 vezes em dezembro 2012, 3,1 vezes em 31 de dezembro de 2011 e 1,3 vez em 31 de dezembro de 2010.

i. Hipóteses de resgate

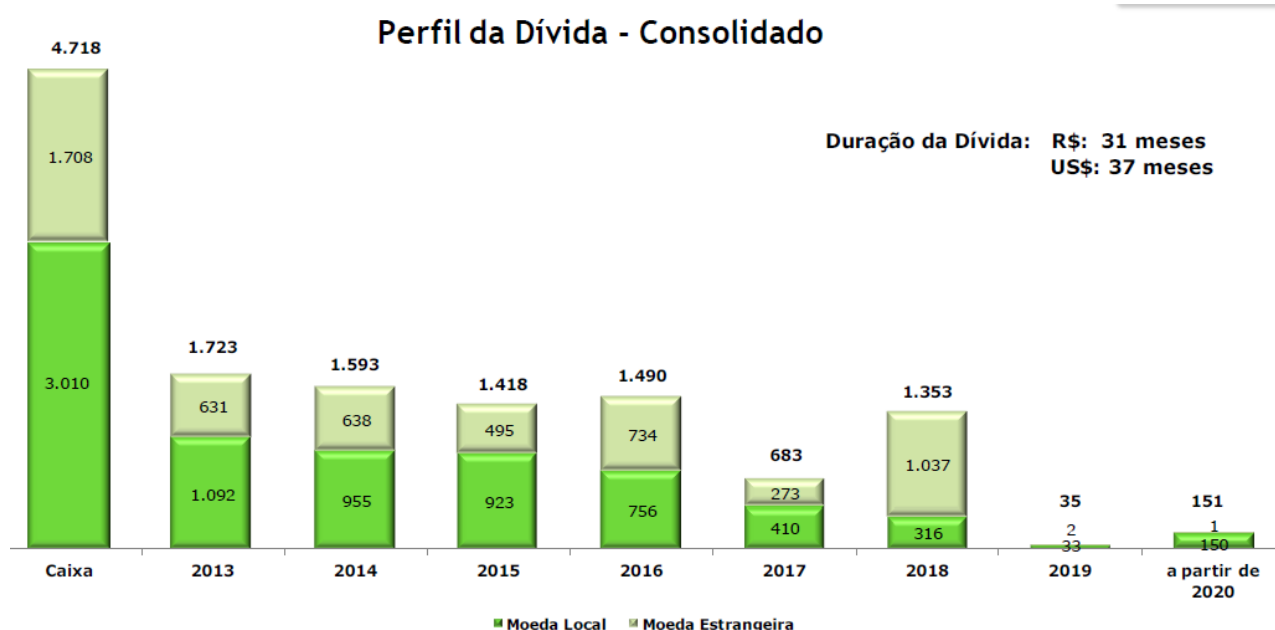
O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observadas as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31/12/2012, a Companhia possuía um caixa de R\$4,7 bilhões (R\$5,2 bilhões em 31/12/2011 e R\$4,6 bilhões em 31/12/2010). Sua dívida apresenta um prazo médio de 6 anos em 2012 (4 anos em 2011 e 2010). A concentração da dívida no curto prazo em 31/12/2012 é de 20% do total da dívida (13% em 2011 e 11% em 2010).



A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui uma política de manutenção de um caixa mínimo para assegurar um nível de liquidez de acordo com suas operações. Os financiamentos são contratados considerando a projeção de caixa futura e o plano de investimentos definidos pela Administração. A política de financiamento visa a evitar necessidades urgentes de recursos e procurar aproveitar condições vantajosas de mercado.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item acima, a política da Companhia é a manutenção de um nível de caixa confortável, associado a um perfil de vencimentos adequado e à contratação de financiamentos de longo prazo. Adicionalmente, a Companhia possui uma linha de crédito rotativa com o BNDES no valor de R\$2,0 bilhões.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31/12/2012, as Empresas Usiminas possuíam as seguintes operações de financiamentos relevantes:

- 1) Contrato de empréstimo da Usiminas com o BNDES no valor de R\$493 milhões com a finalidade de financiar a construção do Laminador de Tiras a Quente nº 2 de Cubatão com vencimento em 15/01/2016.
- 2) Limite de Crédito da Usiminas com o BNDES no valor de R\$2,0 bilhões (sendo que R\$ 287 milhões já foram utilizados), disponível para saque até 2021 para utilização em projetos diversos em Ipatinga, Cubatão e nas subsidiárias.
- 3) Contrato de empréstimo da Usiminas com o KFW no valor de EUR27,8 milhões com vencimento em 2015, que tem a finalidade de financiar a construção de um lingotamento contínuo em Cubatão.
- 4) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$100 milhões com vencimento em 2016, para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga.
- 5) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$240 milhões com vencimento em 2017, para financiamento da construção de uma coqueria em Ipatinga.
- 6) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$550 milhões com vencimento em 2018, com objetivo de financiar a construção do Laminador de Tiras a Quente nº 2 de Cubatão.

- 7) Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$120 milhões com vencimento em 2021, disponível para saque, com objetivo de financiar a construção do Laminador de Chapas Grossas.
- 8) Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com o Credit Suisse no valor de US\$70 milhões com vencimento em 2014, para exportação de produtos siderúrgicos.
- 9) Pré-Pagamento de Exportação da Usiminas com um sindicato de bancos no valor de US\$600 milhões com vencimento em 2015, para exportação de produtos siderúrgicos.
- 10) Nota de Crédito de Exportação com o Banco do Brasil no valor de R\$300 milhões com vencimento em 2013, para capital de giro.
- 11) Nota de Crédito de Exportação com o Banco do Brasil no valor de R\$1 bilhão com vencimento em 2018, para capital de giro.
- 12) Nota de Crédito de Exportação com o Banco do Brasil no valor de R\$1 bilhão com vencimento em 2015, para capital de giro.
- 13) Nota de Crédito de Industrial com o Banco do Brasil no valor de R\$400 milhões com vencimento em 2016, para capital de giro.
- 14) Nota de Crédito de Exportação com o Bradesco no valor de R\$49 milhões com vencimento em 2017, para capital de giro.
- 15) Emissão de Eurobonds através da subsidiária Cosipa Commercial no valor de US\$200 milhões com vencimento em 2016, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia.
- 16) Emissão de Eurobonds através da subsidiária Usiminas Commercial no valor de US\$400 milhões, vencimento em 2018, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia.
- 17) Emissão de debêntures da Usiminas no valor de R\$500 milhões com vencimento em 2013, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia.
- 18) Contrato de empréstimo da subsidiária Unigal com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$140 milhões com vencimento em 2018, para financiar a construção da linha nº 2 de HDG da Unigal.
- 19) Contrato de empréstimo da Usiminas com o BNDES no valor de R\$318 milhões (sendo que R\$ 297 milhões já foram utilizados), com a finalidade de financiar a construção do Laminador de Tiras a Quente nº 2 de Cubatão, disponível para saque até nov/13.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31/12/2012, a Companhia possui uma linha de crédito rotativo no valor de US\$375 milhões com um "pool" de bancos que está disponível para saque até 2016.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31/12/2012, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$500 milhões com vencimento em 2013, conforme item nº 17 relacionado no subitem f.i acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Nos contratos financeiros, as restrições impostas à Companhia são as seguintes:

- limitação de alienação de ativos permanentes em relação ao valor do ativo permanente consolidado; relacionados aos contratos dos itens 4, 5, 6, 7, 9 e 18, descritos no subitem f.i acima.
- limitação de alienação de recebíveis provenientes de exportações em relação ao valor da receita líquida de exportação; relacionados aos contratos dos itens 4, 5, 6, 7, 9 e 18 descritos no subitem f.i acima.
- limitação da Dívida Total em relação ao EBITDA; relacionada aos contratos dos itens 4,5,6 e 18, descritos no subitem f.i acima.
- limitação da Dívida Total em relação a Dívida Total somada ao Patrimônio Líquido; relacionados aos contratos dos itens 4,5,6, e 18, descritos no subitem f.i acima.
- limitação da Dívida Líquida em relação ao EBITDA; relacionados aos contratos dos itens 1,2,7,9,10,11,12,13, e 17, descritos no subitem f.i acima.
- limitação das despesas de juros em relação ao EBITDA; relacionados aos contratos dos itens 4,5,6,7,9,17 e 18, descritos no subitem f.i acima.
- restrições a alterações no controle acionário; relacionados aos contratos dos itens 1,2, 3,4,5,6,7, 8, 9,14,16,17, e 18 descritos no subitem f.i acima.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31/12/2012, a Companhia ainda possuía o montante de R\$ 1,8 bilhão e US\$120 milhões em linhas de créditos disponíveis com instituições financeiras para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário, detalhadas conforme abaixo:

- Limite de Crédito da Usiminas com o BNDES: R\$1,7 bilhão a desembolsar, conforme item nº 2 do subitem *f.i* acima.
- Contrato de empréstimo da Usiminas com o BNDES: R\$ 21 milhões a desembolsar, conforme item nº 18 do subitem *f.i* acima.
- Contrato de empréstimo da Usiminas com o JBIC e bancos comerciais japoneses no valor de US\$120 milhões: US\$120 milhões a desembolsar, conforme item nº 7 do subitem *f.i* acima.

Além dos contratos acima a Companhia possui uma linha de crédito rotativo conforme informado no item *f.ii* acima, de US\$375 milhões disponível para saque até 2016.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas nas demonstrações financeiras foram comentadas no item 10.2. abaixo.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas, galvanizados, entre outros. A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

Mineração: Venda de minério de ferro.

Transformação do Aço: Distribuição de produtos siderúrgicos, além de peças e cabines pintadas para o setor automotivo.

Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2012, a receita líquida consolidada alcançou R\$12,7 bilhões, superior em 6,8% a receita líquida de 2011 que foi de R\$11,9 bilhões, decorrente principalmente do maior volume vendido de aço na unidade de Siderurgia. Esta

receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2011 em 2,3, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2011 em 66,9 %. Na unidade de Mineração, a receita líquida apresentou uma redução de 7,8%, atingindo R\$0,9 bilhão contra R\$1,0 bilhão no ano de 2011, em função dos menores preços de minério de ferro no mercado global em 2012. Na unidade de Transformação do Aço, a receita líquida foi de R\$2,1 bilhões, 3,3% inferior à de 2011, principalmente devido ao menor volume de vendas pela Soluções Usiminas. Na unidade de bens de capital, a receita líquida apurada foi de R\$1,0 bilhão, 28,3% inferior à de 2011, impactada pela redução dos projetos em carteira.

No ano de 2011, a receita líquida consolidada alcançou R\$11,9 bilhões, 8,2% inferior à de 2010 que totalizou R\$13,0 bilhões, decorrente principalmente do menor volume vendido. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2010 em 6,1%, e no mercado externo o desempenho foi inferior ao ano de 2010 em 8,0%.

Em 2010, quando comparado com 2009, a receita líquida foi superior a de 2009 em 19%, passando de R\$10,9 bilhões em 2009 para R\$13,0 bilhões em 2010, em decorrência, principalmente, do maior volume vendido e acréscimo nos preços médios praticados no período. A receita líquida no mercado interno foi 21,18% superior à de 2009, e no mercado externo o desempenho também foi positivo, em 6,14%.

No mercado interno, os produtos que se destacaram na geração de receita no ano de 2012 foram os laminados a quente, laminados a frio, chapas grossas e galvanizados a quente, e em 2011 e 2010 foram os laminados a quente, laminados a frio e as chapas grossas. No mercado externo, nestes mesmos períodos, as linhas que apresentaram crescimento da receita foram a de chapas grossas e a de laminados a quente, além de placas para o ano de 2012.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

i. Volumes de vendas

No acumulado de 2012, as vendas físicas de produtos siderúrgicos totalizaram 6,9 milhões de toneladas, 16,3% superior ao volume vendido em 2011 que foi de 5,9 milhões de toneladas. O *mix* de destino das vendas foi de 73% no mercado interno (5,0 milhões de toneladas) e 27% no mercado externo (1,8 milhão de toneladas), sendo o volume de exportações 75,7% superior ao atingido em 2011. Na unidade de Mineração, o volume total de vendas registrado foi de 6,1 milhões de toneladas, 9,9% maior quando comparado ao de 2011.

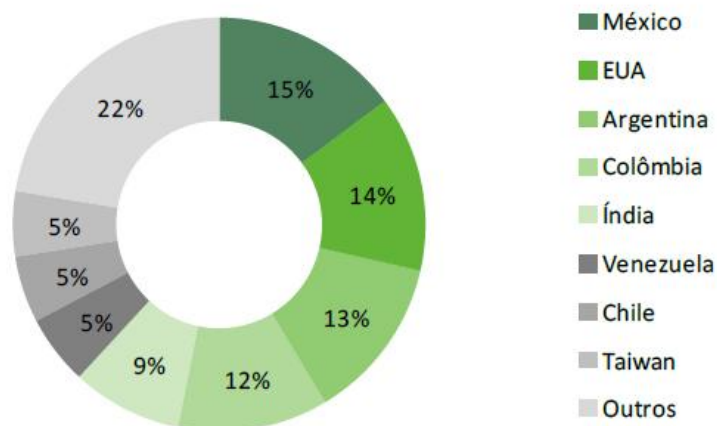
No acumulado de 2011, as vendas físicas totalizaram 5,9 milhões de toneladas, 10,6% inferior ao volume vendido em 2010 que foi de 6,6 milhões de toneladas. O *mix* de destino das vendas foi de 82% no mercado interno e 18% no mercado externo que corresponde a 1,0 milhão de toneladas, 36,7% inferior às exportações de 2010. Na unidade de Mineração, o volume total de vendas registrado foi de 5,6 milhões de toneladas, menor que 2010, devido principalmente à indisponibilidade de porto para exportação.

Em 2010, as vendas físicas da siderurgia foram 17% acima das vendas de 2009. O *mix* de destino das vendas foi de 75% no mercado interno e 25% no mercado externo, atingindo o volume de 1,7 milhão de toneladas, 4% superior ao das exportações de 2009,

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2012		2011		2010		Var. 2012/2011
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	6.881	100%	5.916	100%	6.565	100%	16%
Chapas Grossas	1.460	21%	1.491	25%	1.444	22%	-2%
Laminados a Quente	2.074	30%	1.738	29%	2.008	31%	19%
Laminados a Frio	1.483	22%	1.474	25%	1.781	27%	1%
Eletro galvanizados	142	2%	211	4%	227	3%	-33%
Galvanizados Imersão a Quente	709	10%	500	8%	449	7%	42%
Produtos Processados	169	2%	147	2%	152	2%	15%
Placas	844	12%	355	6%	504	8%	138%

Os principais destinos das exportações em 2012 foram:



ii. Preços de vendas

Os preços de venda dos produtos siderúrgicos ao longo do ano de 2012 foram afetados pela acirrada concorrência entre as usinas locais. A desvalorização da moeda brasileira fez com que o diferencial de preços entre o aço doméstico e o importado internado no Brasil permanecesse em patamares menos atrativos às importações, que, no entanto, continuaram elevadas, pressionando os preços domésticos. A implementação de medidas de defesa comercial com o aumento do imposto de importação para itens das linhas de chapas grossas e laminados a quente somente ocorreu em outubro de 2012, tendo o seu impacto limitado no ano de 2012. A receita líquida por tonelada de produtos siderúrgicos em 2012 foi inferior em 4,86%, afetados pela maior participação das vendas do mercado externo e a concorrência local comentada.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

i. Custos dos Produtos e Serviços Vendidos

Em 2012 o custo de vendas (CPV) consolidado totalizou R\$12,0 bilhões, 13,2% superior ao de 2011 que foi de R\$10,6 bilhões. As principais unidades que explicam a variação do CPV foram: (a) na unidade de Siderurgia o aumento foi de R\$1,3 bilhão, principalmente devido ao maior volume de aço vendido (16,3%), ao processo de desestocagem de produtos siderúrgicos produzidos em períodos anteriores com preços de matérias primas mais altos, aos maiores custos devido ao efeito cambial da desvalorização do real frente ao Dólar Norte-americano sobre os insumos importados e da inflação para os insumos fornecidos no País incluindo mão de obra, e aos custos com a readequação ao quadro de funcionários; (b) na unidade de Mineração, o CPV aumentou em 72 milhões, principalmente devido ao incremento de 9,9% no volume de vendas.

O CPV acumulado do exercício de 2011 foi de R\$10,6 bilhões, ligeiramente maior que no ano de 2010 que foi de R\$ 10,4 bilhões. Embora o volume de produtos siderúrgicos vendidos tenha sido inferior, houve elevação dos custos devido aos acréscimos nos preços das matérias primas, energia e impactos na mão de obra decorrentes dos acordos coletivos.

Em 2010 o CPV acumulado foi 10,5% acima do CPV do exercício anterior, resultado este, basicamente, explicado pelo crescimento do volume de vendas em 934 mil toneladas de produtos siderúrgicos, pela elevação dos custos de matérias primas e maiores gastos com serviços de terceiros.

ii. Despesas e Receitas Operacionais

Em 2012, as despesas operacionais consolidadas foram de R\$860,1 milhões, superiores em 28,7% quando comparadas com o mesmo período de 2011, que foi de R\$ 668,3 milhões. Este aumento deve-se principalmente a significativa reversão de contingências judiciais registrada em 2011 que diminuiu as despesas operacionais desse ano em R\$272 milhões, e menores efeitos extraordinários não recorrentes em 2012. O programa Reintegra contribuiu positivamente em R\$71,9 milhões no ano de 2012 e foi prorrogado até dezembro de 2013. As despesas com vendas e gerais e administrativas diminuíram consequência de controle de gastos principalmente relacionados com serviços contratados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas operacionais consolidadas foram de R\$668,3 milhões, superiores em 6,4% quando comparadas ao mesmo período de 2010, basicamente em função do reconhecimento de provisão para devedores duvidosos e menores ganhos com reversão de contingências judiciais.

Em 2010, quando comparado com o ano de 2009, houve uma elevação das despesas operacionais em cerca de R\$151,4 milhões, ou 32%, passando de R\$477,0 em 2009 para R\$628,4 milhões em 2010, basicamente pelo aumento das despesas com o custo de distribuição dos produtos, em razão do maior volume exportado e de maiores gastos com pessoal e com encargos sociais. Estes aumentos foram parcialmente compensados pelo maior superávit atuarial e reversão de contingências e recuperação de impostos.

(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	Em reais mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com vendas	(372.937)	(458.568)	(374.254)
Despesas gerais e administrativas	(488.447)	(510.319)	(527.222)
Outras (despesas) receitas, líquidas	1.242	300.571	273.083
	(860.142)	(668.316)	(628.393)

iii. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado apresentou uma despesa de R\$502,6 milhões no ano de 2012, contra uma despesa de R\$50,0 milhões em 2011 em função, principalmente, dos efeitos cambiais, sobre os financiamentos em moeda estrangeira, decorrentes da desvalorização de 8,9% do Real frente ao Dólar Norte-americano em 2012.

No ano de 2011, este resultado consolidado apresentou uma despesa de R\$50,0 milhões, contra uma receita de R\$13,2 milhões em 2010, basicamente em função dos

efeitos cambiais decorrentes da desvalorização de 12,6% do Real frente ao Dólar Norte-americano em 2011.

Na análise de 2010, o resultado financeiro líquido alcançou R\$13,2 milhões, contrastando com as receitas financeiras substancialmente maiores de 2009, no valor de R\$609 milhões. Este resultado é explicado pelos efeitos cambiais decorrentes da valorização do Real frente ao Dólar Norte-americano, que alcançaram em 2009 o montante de R\$967 milhões, enquanto que em 2010 foram somente de R\$189 milhões.

Durante os anos de 2012, 2011 e 2010, os empréstimos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Em reais mil		Consolidado			
	31/12/2012	%	31/12/2011	%	31/12/2010	%
Pré-fixada	1.497.319	18	1.282.411	14	1.245.006	16
TJLP	959.700	12	1.120.181	13	568.126	7
Libor	2.501.209	31	2.966.956	34	2.868.025	37
CDI	2.947.977	36	2.823.255	32	2.392.371	31
Outras	(9.209)		45.420	1	121.156	2
	7.896.996	97	8.238.223	94	7.194.684	93
Debêntures						
CDI	257.664	3	524.419	6	522.416	7
	8.154.660	100	8.762.642	100	7.717.100	100

Em 2012, 2011 e 2010, os juros sobre empréstimos e financiamentos da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$250 milhões, R\$ 272 milhões e R\$ 313 milhões respectivamente.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2012 e 2011 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais.

Em 2010 a companhia desvinculou de suas atividades a área de mineração e formalizou com a Sumitomo Corporation ("Sumitomo"), objeto do Fato Relevante de 28/12/10, a criação da sociedade. Assim, a Companhia agregou valor ao eixo de negócio "Mineração e Logística" ao trazer um sócio estratégico, com reconhecida expertise na comercialização de minério de ferro e conhecimento do mercado internacional. A criação da Mineração Usiminas S.A ("MUSA"), controlada pela Usiminas, fez parte da estratégia definida na verticalização de suas operações, visando maior competitividade e geração de valor aos acionistas. O valor total do aporte pela Sumitomo foi de US\$ 1,26 bilhão, equivalente a aproximadamente R\$2,14 bilhões, diretamente no caixa da MUSA. A Sumitomo obrigou-se ainda a pagar à MUSA um valor adicional de até US\$674 milhões, condicionado à ocorrência de eventos futuros. O efeito contábil na Usiminas correspondeu a um ganho de aproximadamente R\$890 milhões, e se deu via Patrimônio Líquido, como "transação de capital". A MUSA atualmente têm uma capacidade de produção de 8,0 milhões de toneladas/ano, o dobro se comparado ao ano de aquisição das minas de minério de ferro. Os recursos oriundos dessa transação serão utilizados no Plano de Expansão da Capacidade da MUSA.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Aquisição da Mineração Ouro Negro.

Em 25 de novembro de 2011, a controlada Mineração Usiminas S/A adquiriu a totalidade das ações da empresa Mineração Ouro Negro, detentora de recursos minerários da ordem de 205 milhões de toneladas de minério de ferro. O preço de aquisição foi de US\$368,6 milhões, correspondente a R\$698,1 milhões, com base nas demonstrações financeiras da adquirida de 25 de novembro de 2011, que, a valor presente, totaliza R\$628,5 milhões. O valor do caixa pago pela aquisição da Mineração Ouro Negro em 2011 foi de R\$151,9 milhões (líquido do caixa adquirido). O saldo remanescente será amortizado até 2014. Em 31 de dezembro de 2012 o valor a pagar totaliza R\$356,5 milhões.

Em 28 de setembro de 2012, Mineração Ouro Negro foi incorporada pela Mineração Usiminas com o objetivo de facilitar a operacionalização dos ativos, simplificando a

estrutura organizacional da Companhia e proporcionando uma redução dos custos da sua estrutura societária.

ii. Venda de ações de emissão da Ternium S.A.

Em 21 de fevereiro de 2011, foi concluída a oferta pública de 21.628.728 American Depositary Shares (“ADSs”) representativas de ações da Ternium S.A. (“Ternium”) (NYSE: TX) detidas pela subsidiária integral da Companhia, Usiminas Europa A/S (“Usiminas Europa”). Com a conclusão da oferta pública e da operação de venda das ações da Ternium, a Usiminas não mais detém qualquer participação acionária naquela companhia.

iii. Contrato de Associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A.

Em 2010, alinhado ao seu plano estratégico de agregar valor aos seus produtos e aos seus eixos de negócios, a Usiminas celebrou um Contrato de Associação com as sociedades Codepar S.A. e Isa Participações S.A., estabelecendo as bases para a subscrição, pela Usiminas, de ações de emissão das Companhias Codeme Engenharia S.A. e Metform S.A. (“Companhias”), conferindo à Usiminas a participação equivalente a 30,7692% do capital de cada uma das Companhias. Fato Relevante acerca desse novo investimento foi divulgado pela empresa e amplia a participação da Usiminas de forma significativa no mercado de construção civil.

c) Eventos ou operações não usuais

i. Incorporação da Summit Empreendimentos Minerais Ltda.

Em 26 de outubro de 2012, a Mineração Usiminas S.A., incorporou a sua acionista Summit Empreendimentos Minerais Ltda., sociedade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na forma de incorporação reversa. Em decorrência dessa incorporação, ações representativas do capital social da Mineração Usiminas S.A. pertencentes à Summit Empreendimentos Minerais Ltda. foram atribuídas à Serra Azul Iron Ore L.L.C. e à Sumitomo Corporation do Brasil S.A., únicas quotistas da Summit Empreendimentos Minerais Ltda.

ii. Extinção da Usiminas Portugal.

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior, optando por encerrar as atividades da Usiminas Portugal, empresa localizada em Portugal. Essa empresa era controlada da Usiminas International, investimento direto da Usiminas.

iii. Extinção da Fasal Trading Corporation.

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia reestruturou as suas participações societárias no exterior e encerrou as atividades da Fasal Trading Corporation, localizada na Flórida, nos Estados Unidos. Essa empresa era controlada da Fasal Trading Brasil, investimento direto da Usiminas.

10.4 Comentários dos diretores sobre mudanças nas práticas contábeis

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Para os anos de 2012 e 2011, não houve novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS que impactem significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Para os anos de 2010 aconteceram as seguintes mudanças:

Adoção dos CPCs pela primeira vez

Base da transição

As demonstrações financeiras consolidadas das Empresas Usiminas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os IFRS. As referidas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS estão disponibilizadas no website de Relações com Investidores na seção Informações Financeiras e foram arquivadas na CVM.

(1) Aplicação dos CPCs 37 e 43

Considerando que as primeiras demonstrações financeiras em IFRS das Empresas Usiminas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nas demonstrações financeiras individuais da Controladora e do Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram mantidas as mesmas políticas contábeis adotadas naquelas demonstrações financeiras. Nesse sentido, foram assumidos os números consolidados cuja data de transição é 1º de janeiro de 2008 e seu correspondente impacto nas demonstrações financeiras individuais da Controladora.

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais da Controladora foram mantidas, sempre que aplicáveis, as mesmas isenções de aplicação retrospectivas completas escolhidas pela Companhia e as exceções de aplicação retrospectivas seguidas pela Companhia quando da elaboração das primeiras demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. As referidas isenções e exceções foram devidamente apresentadas nas primeiras demonstrações anuais em conformidade com o IFRS.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em

conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais da Controladora. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

Normas e alterações de normas adotadas pelas Empresas Usiminas

As seguintes normas são requeridas para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2010:

- IAS 27 (Revisado), "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas". A norma revisada exige que os efeitos de todas as transações com participações minoritárias sejam registradas no patrimônio se não houver nenhuma mudança no controle, e essas transações não mais resultarão em ágio ou ganhos e perdas. A norma também especifica a contabilização quando o controle é perdido. Qualquer participação remanescente na entidade é mensurada novamente ao valor justo, e um ganho ou perda é reconhecido em lucro ou prejuízo. As Empresas Usiminas aplicaram o IAS 27 (revisado) para transações com participações minoritárias a partir de 1º de janeiro de 2010.
- IFRS 3 (Revisado), "Combinações de negócios" e conseqüentes alterações no IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", no IAS 28 "Investimento em Controlada e Coligada" e no IAS 31 "Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto"; são efetivos prospectivamente para operações de combinações de negócios iniciadas ou após 1º de julho de 2009. A norma revisada continua a aplicar o método de aquisição às combinações de negócios comparada com o IFRS 3. Por exemplo, todos os pagamentos para a compra de uma Companhia serão registrados ao valor justo na data de aquisição, com pagamentos contingentes classificados como dívida e posteriormente remensurada por meio da demonstração do resultado. Há uma escolha de aquisição por aquisição para mensurar a participação minoritária no adquirente ao valor justo ou à participação proporcional da participação minoritária dos ativos líquidos do adquirente. Todos os custos relativos à aquisição devem ser contabilizados como despesa. O IFRS 3 (revisado) é aplicado para todas as combinações de negócios das Empresas Usiminas a partir de 1º de janeiro de 2010.

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelas Empresas Usiminas:

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. A Companhia possui um crédito de serviços passados a ser reconhecido de, aproximadamente, R\$20.000; (ii) reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um impacto negativo na demonstração de resultado de 2013 no valor de R\$62.000. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. As Empresas Usiminas estão avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em

conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional, aplicado em 2012, não será mais permitido, deixando a Companhia de consolidar as controladas em conjunto Fasal Trading Brasil, Unigal e Usiroll. A partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Fasal Trading Brasil (50%), Unigal (70%) e na Usiroll (50%) passarão a ser contabilizadas por equivalência patrimonial.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas CPC/IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Empresas Usiminas.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência passada e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, que consideramos razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, as Empresas Usiminas fazem estimativas com relação ao futuro. Por se tratar de projeções sobre resultados futuros, as estimativas contábeis resultantes poderão ser diferentes dos respectivos resultados reais que tentam estimar. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo, que podem causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor recuperável (impairment) do ágio

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas demonstrações financeiras. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso e do preço de venda líquido, efetuados com base em estimativas.

Em 2012, foi reconhecida perda por *impairment* no valor de R\$358 mil (31 de dezembro de 2011 – R\$5,6 milhões, 31 de dezembro de 2010 – R\$ 5,4 milhões) referente ao ágio alocado na UGC Modal.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Modal fosse 1% maior que as estimativas da administração, o segmento teria reconhecido uma perda por *impairment* adicional do ágio de R\$3,1 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

As empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em diversos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do

imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As empresas Usiminas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando-se as alíquotas em vigor. Revisamos regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de aposentadoria.

As empresas Usiminas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para

liquidar as obrigações de planos de aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, as empresas Usiminas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de aposentadoria.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia e algumas de suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

Provisões para contingências

As empresas Usiminas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

Segregação de juros e variação monetária relacionada a captações de empréstimos nacionais

A Companhia reavaliou a forma de interpretação e contabilização dos juros e correção monetária dos contratos indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e pela Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), e desde 2011 efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

Os diretores entendem que a Companhia possui controles internos adequados e que os mesmos, demonstraram historicamente ser suficientes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Quando identificadas eventuais imperfeições em referidos controles, são estabelecidos planos para sanar as deficiências apontadas.

Para as demonstrações financeiras dos últimos anos, 2012, 2011 e 2010, os auditores externos da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem ser consideradas materiais e/ou com impactos sobre as demonstrações financeiras.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não efetuou oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicações divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de valores mobiliários nos três últimos exercícios sociais.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- Contrato com a Salus Empreendimentos Imobiliários S/A, no valor de R\$144 milhões, com saldo devedor de R\$ 95 milhões, referente à locação de locomotivas, com vencimento em 14/10/2015.

- Contrato com a MRC Logística Ferroviária DZSS-FC Ltda, no valor de R\$29 milhões, com saldo devedor de R\$ 17 milhões, referente à locação de vagões plataformas, com vencimento em 08/08/2016.

- Contrato firmado pela Mineração Usiminas com MBL – Materiais Básicos Ltda., no valor estimado de US\$ 300 milhões, referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O contrato tem prazo de 30 anos, contados à partir de 15/10/2012, ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

Os principais fornecedores de minério de ferro para a Usiminas Ipatinga são a VALE S/A e a Mineração Usiminas S/A – MUSA. A VALE S/A mantém com a Usiminas contratos de venda de minério de ferro e de logística de transporte do minério Usiminas pela EFVM (Estrada de Ferro Vitória-Minas) e FCA – Ferrovia Centro Atlântico.

Em Cubatão, o maior fornecedor é a Mineração Usiminas - MUSA seguida pela CSN e VALE S/A.

O montante que somam os contratos em vigência é de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão por ano.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral* utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2012, correspondente a aproximadamente 5 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades das duas usinas siderúrgicas (em Ipatinga e Cubatão) até dezembro de 2012. A compra de coque

verde de petróleo no mercado nacional e internacional, do carvão para injeção (PCI) e o antracito estão computados nesses dados.

Os contratos negociados em 2008, anteriormente à crise, e não embarcados até Dez/2011, foram responsáveis por cerca de 3% do volume embarcado em 2012. Os contratos são negociados com preços definidos de forma mensal, trimestral ou semestralmente.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2012, destacam-se a Petrobrás Distribuidora, Alpha Coal, Patriot e Jim Walter Resources, responsáveis por cerca de 53% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2012, houve diversificação de fontes alternativas de abastecimento, tal como Moçambique.

Os contratos embarcados em 2012 somam o montante de US\$800 milhões FOB.

* Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais.

No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais e prorrogar o prazo contratual para 10 anos (01 de Janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2019).

Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A-SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas receberá da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Esses novos contratos (de compra e cessão) com um montante de aproximadamente 320,00 MW médios anuais de energia, perfazem cerca de R\$4,7 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2019.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram, em 13 de maio de 2002, um contrato de fornecimento de gás natural canalizado para sua Usina de Cubatão no período de

21 de abril de 2002 a 20 de novembro de 2007. Esse contrato foi renovado até 31 de agosto de 2014, com a previsão de fornecimento de 500.000m³/dia de gás natural. O montante do contrato soma R\$710 milhões para o período de 21/04/2002 a 31/08/2014.

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A Companhia e a Gasmig celebraram em 21 de setembro de 2010, o contrato de fornecimento de gás natural canalizado para substituição do gás liquefeito de petróleo (GLP), no volume de 30.000 m³/dia, na modalidade firme para o período de 21 de setembro de 2010 a 21 de setembro de 2016. Para complementar consumos excedentes são contratados volumes adicionais temporários junto à Gasmig, atualmente em negociação para serem consolidados como volumes firmes. O contrato em vigência soma o montante de R\$65 milhões e compreende o período de 21/09/2010 a 21/09/2016.

Em 07 de dezembro de 2010, a Companhia e a Gasmig celebraram o contrato de gás natural na modalidade interruptível para o período de 07 de dezembro de 2010 a 06 de dezembro de 2011 com renovações sucessivas, para utilização em Alto Forno da Usina de Ipatinga. O contrato prevê o fornecimento de 256.000m³/dia quando necessário, no entanto, em substituição a esse contrato interruptível, a Companhia vem celebrando sucessivas compras de gás natural de curto prazo, em leilões realizados pela Petrobras às distribuidoras, em volumes diferenciados com a Gasmig para utilização no Alto Forno.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$ 915,7 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima é apropriada ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme comentado no item 10.8.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2012 foi de R\$1,7 bilhão (R\$2,5 bilhões em 2011), sendo:

- Usinas de Ipatinga e Cubatão: R\$959,6 milhões (R\$1,8 bilhão em 2011)

- Controladas: R\$677,5 milhões (R\$645,9 milhões em 2011)

Os investimentos nas Usinas estão concentrados em aumento da produção de laminados, melhoria da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

Os projetos de investimentos seguem seu curso normal de detalhamento de engenharia, licitações, assinatura de contratos e execução das obras, conforme cronograma estabelecido.

Os principais investimentos concluídos em 2012 foram:

Laminação de Tiras a Quente#2 em Cubatão com capacidade de produção de 2,3 milhões de toneladas por ano de laminados a quente.

Desgaseificação a Vácuo #3 em Ipatinga: Aumento de produção de 800.000 toneladas por ano de placas de maior valor agregado.

Misturador Intensivo para a Sinterização #3 em Cubatão para utilização de 25% de pellet feed em substituição ao sinter feed e aumento da produtividade da sinterização.

Precipitador Eletrostático da Sinterização #1 em Ipatinga: Reformado Precipitador Eletrostático para garantir uma emissão de particulados na chaminé menor ou igual à 70mg/Nm³.

Sistema de Controle de Acesso em Ipatinga: Implantação do sistema de controle de acesso através de instalação de catracas, cancelas e sensores integrados pelo sistema RONDA, nas portarias de Ipatinga.

Ipatinga

Reconstrução da Coqueria nº 2: Restabelecer produção de gás (COG) e coque da Coqueria 2 para 1.100.000 t/ano; Reduzir a emissão de particulados, gases e matérias voláteis para a atmosfera. Equipamentos em fabricação pela Giprokoks (empresa Ucraniana). Bateria nº 3 encontra-se parada para reforma desde 18/10/2010 com retorno de operação previsto para o segundo semestre de 2014.

Despoeiramento da área de corridas do Alto Forno #3: Adequação do sistema de despoeiramento das Áreas de Corrida do Alto Forno Nº3, composto por Filtro de Mangas, Dutos, Damper e Coifas.

Sistema de Refrigeração do Cadinho do AF03: Instalação de sistema para resfriamento da água de refrigeração do cadinho do Alto-Forno nº 3.

Substituição de Pontes Rolantes

Cubatão:

Linha de Decapagem nº 3: Instalação de uma Linha de Decapagem de 1.400.000 toneladas por ano. Obras civis concluídas em Dezembro/2012. Montagem dos equipamentos em andamento pela Enesa com término previsto para Agosto/2013.

Sistema de Controle de Acesso: Implantação do sistema de controle de acesso através de instalação de catracas, cancelas e sensores integrados pelo sistema RONDA, nas portarias 3, 4 e 5 de Cubatão.

Troca de 21 Stave Coolers para Alto Forno #2: Substituir 21 stave coolers de ferro fundido por Coolers de cobre, com elevada taxa de transferência de calor e maior durabilidade, assegurando a preservação da carcaça do Alto Forno .

Reforma das Caldeiras 2 e 4: Reforma completa das caldeiras 2 e 4 para restabelecimento da capacidade de produção de vapor da central termoelétrica nº 1 (CTE-1) através da recuperação das condições originais de projeto das caldeiras tipo aquotubular convencional.

Ipatinga e Cubatão:

Reforma nas coquearias

Adequação das Instalações das Usinas para atender às normas ambientais

Soluções Usiminas:

Os investimentos em 2013 concentram-se no aumento de produtividade, aprimoramento dos sistemas de informação, e consolidação de operações. Também há investimentos previstos em projetos de segurança dos funcionários e meio ambiente.

Teremos Investimentos em todas as plantas, destacando-se os seguintes:

SU Betim: R\$ 1 milhão, sendo que a maior parte destina-se à *Sustaining*, visando sua continuidade operacional.

SU Bonsucesso-GUA: R\$ 3,3 milhões, sendo R\$ 2,7 milhões destinados a ganho de produtividade, já visando a futura consolidação com a planta de São Roque-GUA.

SU Camaçari, Serra e Suape: R\$ 1 milhão aplicado a *Sustaining*.

SU Campo Limpo Paulista: R\$ 4,4 milhões, sendo 2,8 milhões destinados ao Carryover do Revamping das Formadoras (2012) e R\$1 milhão destacados para Segurança e Meio Ambiente.

SU Humaitá: R\$ 15 milhões, sendo R\$ 4,3 milhões destinados ao Carryover do Revamping das Formadoras(2012). Destacamos o investimento de R\$ 4,7 milhões em melhorias de segurança visando atender ao TAC emitido pelo MP de POA. Há ainda R\$2 milhões destacados para a transferência das Operações de Cachoeirinha para POA, pois encerraremos as operações de Cachoeirinha até o dia 15/04, visando a redução de custos.

SU Santa Luzia: R\$ 3,2 milhões, sendo R\$ 1,6 milhão destinados à transferência de uma Slitter BQ, visando alavancar a venda de produtos de Slitter BQ na região de Minas Gerais.

SU São Roque-GUA: R\$ 3,5 milhões, destacando investimentos mandatórios (Auditoria), e itens de *Sustaining*.

SU Taubaté: R\$ 3 milhões, sendo R\$ 1,6 milhão para incremento de produção, com a compra de uma mini-PBL e Revamping de uma Slitter 12mm.

Em TI, R\$10,3 milhões destacam-se projetos de melhorias nos sistemas de programação da produção e atendimento aos clientes, sendo que 45% do total do investimento é de cunho Cooperativo.

Usiminas Mecânica:

Em 2013 a empresa pretende dar sequência ao seu programa de modernização e expansão, que inclui desde a atualização de seu parque de informática até os investimentos voltados para crescimento de produção. Este programa inclui também uma fábrica de módulos e painéis navais, com uma linha de panelização, que será instalada em Suape, no Ceará, principalmente para atender ao mercado naval.

Automotiva Usiminas:

Início da construção da nova linha de produção de cabines de caminhões para cliente DAF, modelo XF com início de produção em setembro de 2013.

Continuação dos investimentos para finalização da linha de produção do projeto Jimny, cliente Suzuki.

Aquisição de terreno para futuras expansões, aquisição de robôs para início automação da estamperia I, melhorias na linha de produção das cabines do cliente Ford, modernização do sistema elétrico pré tratamento, modernização de diversos equipamentos para atendimento de normas regulamentadoras e prevenção de riscos.

Mineração Usiminas:

Projeto Friáveis: o projeto consiste na criação de duas novas plantas industriais com o objetivo de alavancar a produtividade das plantas atuais e conseqüentemente a capacidade de produção da Mineração Usiminas de 8 Mtpa para 12 Mtpa, com a implantação das ITM's (Instalação de Tratamento de Minérios) Samambaia e Flotação, permitindo assim a recuperação de Pellet Feed a partir dos finos naturais, recuperação dos finos de barragens e recuperação de rejeitos grossos das ITMs existentes. O projeto faz parte do plano estratégico do grupo permitindo a geração de valor bem como a resposta às projeções de demanda do mercado na expectativa plurianual. O término da construção da planta de Sinter Feed (ITM Samambaia) está previsto para o segundo trimestre de 2013 e da planta de Pellet Feed (ITM Flotação) está prevista para o terceiro trimestre de 2013.

Projetos de infra-estrutura: têm como objetivo adequar a operação atual aos novos níveis de produção previstos com o início de operação das novas plantas do Projeto Friáveis.

Aquisição de novos equipamentos móveis de mineração: a finalização do processo de aquisição de equipamentos de mineração tem como principais objetivos a expansão do desempenho operacional cumprindo os planos de lavra projetados,

otimização em seu processo de movimentação de minério e captura dos melhores resultados operacionais e financeiros para o negócio.

Projeto Compactos: consolidação da engenharia básica de um novo projeto que permita o aproveitamento de uma reserva de minérios até então marginais, designados minérios compactos. As ações previstas para o ano de 2013 são a reavaliação de recursos e reservas, consolidação da engenharia das instalações industriais e pátios de estocagem e definições de alternativas para escoamento da produção, tendo como finalidade embasar a tomada de decisão do investimento. O projeto encontra-se em análise.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação. Os principais financiadores da Companhia são o Sistema BNDES, Banco do Brasil e o banco japonês JBIC. Em 2012, foram utilizados R\$104,2 milhões do Sistema BNDES.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia constantemente avalia a adequação estratégica dos seus ativos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2012 e 2010 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

Em 2011, a Mineração Usiminas adquiriu a totalidade das ações da empresa Mineração Ouro Negro, detentora de recursos minerários da ordem de 205 milhões de toneladas de minério de ferro. A aquisição alinha-se à estratégia operacional da Companhia, uma vez que amplia sua área de extração mineral e conseqüentemente sua capacidade produtiva aliada a ganhos operacionais com distância média de transporte e relação estéril/minério.

Neste mesmo ano, a Mineração Usiminas arrendou os direitos minerários da MBL Materiais Básicos. A negociação incluiu também a aquisição de um estoque de 6 milhões de toneladas de minério de ferro, e de uma planta para beneficiamento de minério. Os direitos minerários da MBL fazem divisa com os da Mineração Usiminas, na região da Serra Azul (MG), o que amplia o acesso da empresa às suas reservas. O arrendamento tem duração de 30 anos ou até o esgotamento das reservas, estimadas em 145 milhões de toneladas. Adicionalmente, este acordo libera reservas estimadas em 253 milhões de toneladas nos direitos minerários da Mineração Usiminas, permitindo lavra conjunta entre as duas áreas.

Também em 2011, uma parceria com a MMX estabeleceu a lavra conjunta da Mina Pau de Vinho, em Serra Azul (MG) e utilização pela Mineração Usiminas para embarque de minério de ferro para exportação através do Porto Sudeste, em Itaguaí (RJ), por cinco anos a partir de abril de 2012, com a opção de prorrogar por mais cinco.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a frio e aços revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços para a construção naval e de plataformas *offshore* e sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços especiais para tubos de grande diâmetro para gasodutos e oleodutos. Desenvolvimento de aços para fins balísticos. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para o setor da construção civil. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aço com revestimento metálico especial para conformação a quente. Desenvolvimento de novos produtos galvanizados a quente. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2012, a Companhia gastou aproximadamente R\$ 10,8 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

No ano de 2012, a Usiminas aumentou seu portfólio de produtos de todos os seus aços. Em chapas grossas, a consolidação do equipamento CLC fez com que a

empresa fabricasse/comercializasse mais de 40 mil toneladas de aços não disponibilizados antes da entrada deste equipamento. Para os aços tiras a quente, a entrada da nova linha, instalada em Cubatão, permitiu a inserção de uma nova faixa dimensional, tanto na espessura dos produtos, que agora varia de 1,50mm a 20,00mm, quanto na largura, que atualmente pode atingir a 2.050 mm, faixas mais amplas que a situação anterior de 1,80mm a 16,00mm de espessura e largura máxima de 1870mm. A Usiminas é a primeira siderúrgica a fornecer chapas grossas com Certificado de Conteúdo Local para as concessionárias responsáveis pelos projetos de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural. O certificado foi entregue no dia 18 de dezembro de 2012. Os percentuais de Conteúdo Local das chapas grossas Usiminas, atingiram 99,2% na Usina de Ipatinga e 99,4% em Cubatão e abrangem toda a produção de chapas grossas das duas unidades.

Além desta nova faixa dimensional, foi lançado o aço USILN700, da classe de alta resistência com limite de escoamento mínimo de 700MPa, atendendo demandas do setor automotivo e construção em aços mais resistentes para permitir a utilização de menores espessuras e conseqüentemente menores pesos de veículos trazendo menor consumo de combustíveis e emissão de poluentes. Para os aços laminados a frio, dentro do grupo de aços avançados de alta resistência, aços Dual Phase, classe de 1000MPa de limite de resistência mínimo (DP1000), foi desenvolvido e encontra-se em fornecimento regular.

Dentro dos aços revestidos, o aço DP1000 também teve seu desenvolvimento consolidado no ano de 2012, tanto como eletrogalvanizado (EG), quanto em galvanizado por imersão a quente (HDG). Ainda para os aços HDG, foram disponibilizadas duas opções de pós tratamento que melhoram a conformação do aço, sendo o tratamento de fosfatização e o tratamento L, este desenvolvido e licenciado para a Usiminas pela Nippon & Sumitomo Metal. Dentro do padrão inovador da empresa, em 2013, várias concepções de aços encontram-se em processo de desenvolvimento, onde destacam-se os aços Balísticos, aços HIC visando a Rota 3 do pré Sal e os aços revestidos para conformação a quente.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos com desenvolvimento dos produtos mencionados no item acima, somam-se aos gastos normais de todo o processo de produção e não foram mensurados pela companhia.

10.11. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, e que não foram identificados ou comentados nos demais itens.

Não há.

ITEM 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, consoante o disposto no art. 10 da Instrução CVM 481/09 e com base nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, apresenta as informações sobre os membros do Conselho Fiscal indicados pelos acionistas controladores, conforme disposto a seguir:

12.6. Em relação a cada um dos membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

1) Conselho Fiscal – Membros Titulares – Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2014

a. nome	Lúcio de Lima Pires
b. idade	42 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Masato Ninomiya
b. idade	64 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. idade	42 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

2) Conselho Fiscal – Membros Suplentes - Mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2014

a. nome	Carlos Augusto de Assis
b. idade	50 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	073.478.928-99
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Mário Roberto Villanova Nogueira
b. idade	50 anos
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	112.981.928-03
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

a. nome	Ely Tadeu Parente da Silva
b. idade	47 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	587.729.016-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	[a ser realizado]
g. data da posse	[a ser realizado]
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2014
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal:

a) Currículos

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Lúcio de Lima Pires. Graduado em Ciências Contábeis pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG, pós-graduado em Administração Financeira e Metodologia do Ensino Superior pela UNA – União de Negócios e Administração, em Belo Horizonte/MG e em Engenharia de Produção com Ênfase em Previdência Complementar pelo Instituto Ideas - UFRJ. Exerce atualmente o cargo de Gerente Executivo de Contabilidade da Caixa dos Empregados da Usiminas. É membro titular do Conselho Fiscal da Companhia. Não ocupa cargo de administração em companhias abertas.

Masato Ninomiya. Doutor e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Tóquio, no Japão, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo. Professor doutor do departamento de direito internacional da Faculdade de Direito de São Paulo e tradutor público juramentado das línguas japonesa e inglesa, bem como sócio administrador do

escritório Advocacia Masato Ninomiya. Não ocupa cargo de administração em companhia aberta. Atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da Companhia.

Paulo Frank Coelho da Rocha. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu mestrado (LL.M.) em *Corporation* na *New York University School of Law*. Atuou como *Foreign Associate* no Escritório *Cravath, Swaine & Moore*, em Nova York. Atualmente é membro da *International Bar Association*, do *Advisory Board* do "*Working Group on Legal Opinions*" da *American Bar Association*; e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. É co-autor do livro "*Business Laws of Brazil*". Ocupa o cargo de sócio do escritório de advocacia Demarest e Almeida desde 2003.

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Carlos Augusto de Assis. Doutor, Mestre em Direito Processual Civil e Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Autor de livros e artigos em revistas jurídicas especializadas, atuou como Professor Adjunto de Direito Civil na Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas. Atualmente exerce a função de advogado do escritório Advocacia Masato Ninomiya e de Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Não ocupa cargo de administração em companhias abertas.

Mário Roberto Villanova Nogueira. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Concluiu Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É professor convidado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos das Relações de Concorrência, de Consumo e de Comércio Internacional (IBRAC). Exerce, ainda o cargo de sócio do escritório Demarest e Almeida desde 1993.

Ely Tadeu Parente da Silva. Graduado em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Pós-graduado em Engenharia de Produção com Ênfase em Previdência Complementar pelo Instituto Ideas – UFRJ. Ocupa o cargo de Gerente de Conformidade na Previdência Usiminas, entidade que faz parte do grupo de controle da Companhia. Não ocupa cargo de administração em companhias abertas.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. Condenação criminal

Não há condenação criminal para cada um dos membros do conselho fiscal.

ii. Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para cada um dos membros do conselho fiscal.

iii. Qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa, para cada um dos membros do conselho fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

b) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre membros do Conselho Fiscal do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre membros do Conselho Fiscal do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) Administradores e membros do conselho fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre membros do Conselho Fiscal do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável. Inexistem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

i) O membro titular do Conselho de Fiscal Lúcio de Lima Pires ocupa cargo de Gerente Executivo de Contabilidade na Caixa dos Empregados da Usiminas, Entidade que faz parte do Grupo de Controle do emissor.

ii) O membro suplente do Conselho de Fiscal Ely Tadeu Parente da Silva ocupa cargo de Gerente de Conformidade da Previdência Usiminas, entidade que faz parte do Grupo de Controle do emissor.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

i) O membro titular do Conselho Fiscal Masato Ninomiya é sócio administrador do escritório Advocacia Masato Ninomiya, que presta serviços à Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda, companhia que faz parte do grupo Nippon Steel & Sumitomo Metal, que, por sua vez, faz parte do Grupo de Controle do emissor;

ii) O membro titular do Conselho Fiscal Paulo Frank Coelho da Rocha é de sócio do escritório Demarest e Almeida, que presta serviços jurídicos à Siderca S.A.I.C. e à Confab S.A.;

iii) O membro suplente do Conselho Fiscal Carlos Augusto de Assis é integrante do escritório Advocacia Masato Ninomiya, que presta serviços à Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda, companhia que faz parte do grupo Nippon Steel & Sumitomo Metal, que, por sua vez, faz parte do Grupo de Controle do emissor;

iv) O membro suplente do Conselho Fiscal Mário Roberto Villanova Nogueira é sócio do escritório Demarest e Almeida, que presta serviços jurídicos à Siderca S.A.I.C. e à Confab S.A.

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, revisa anualmente a remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. A política de remuneração tem como base as práticas de mercado, que levam em conta a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*, apurada através do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas atreladas à performance global da empresa. O seu objetivo é reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não-Estatutária frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da empresa, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários.

Para o Conselho de Administração: remuneração fixa, conforme verba aprovada na Assembléia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos Diretores

Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

A política de remuneração (fixa e/ou variável) tem por objetivo reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro dos Conselhos e Diretoria frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é: 37% referente a remuneração fixa, 37% a remuneração variável e 26% a remuneração baseada em ações. Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa – a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretores Estatutários) baseia-se em uma avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela empresa seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários) – a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da empresa e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da empresa no longo prazo. Adicionalmente a Companhia possui um Plano de Remuneração baseado em ações conforme detalhado no item 13.4.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos composta de parcela fixa e variável atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos com base na performance global da empresa.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtido através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São exemplos de Indicadores quantitativos: Margem Ebitda, Capital de giro, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada diretor ao resultado da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo leva em consideração os objetivos estratégicos da empresa em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da empresa frente ao mercado financeiro.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a política de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse institucional seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos da ponderação. A concentração de tais pesos da ponderação é alocada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que leva em consideração aspectos conjunturais e a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais *stakeholders*.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Segundo a ótica da empresa, temos como política:

Curto prazo: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres.

Médio Prazo: está alinhada com o acompanhamento de metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam a alavancar a performance global da empresa. As metas são repactuadas anualmente.

Longo Prazo: a partir de 2011 a empresa adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, passando ao executivo o sentimento de sociedade, na busca pelos resultados da empresa. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de

Emissão da Companhia foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A remuneração de todos os executivos da empresa é suportada integralmente pela Usiminas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2010

Valores em reais														
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	7,00	N/A	280.203,54	N/A	6.204.353,18	2.431.408,58	N/A	N/A	N/A	4.032.960,71	N/A	N/A	N/A	12.948.926,01
Conselho de Administração	9,00	N/A	-	N/A	2.672.788,88	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.672.788,88
Conselho Fiscal	4,00	N/A	-	N/A	468.266,56	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	468.266,56
Total	20,00	N/A	280.203,54	N/A	9.345.408,62	2.431.408,58	N/A	N/A	N/A	4.032.960,71	N/A	N/A	N/A	16.089.981,45

Os valores de remuneração acima correspondem aos valores efetivamente pagos aos Administradores. Não incluem encargos sociais.

A remuneração total com encargos sociais contabilizada em 2010, incluindo provisão de remuneração variável a serem pagos em 2011, totalizou R\$ 23.403 mil.

Exercício social encerrado em 31/12/2011

Valores em reais														
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	6,33	N/A	23.665,52	N/A	7.810.240,00	4.672.199,38	N/A	N/A	N/A	2.000.000,00	N/A	N/A	N/A	14.506.104,90
Conselho de Administração	9,00	N/A	-	N/A	2.757.994,36	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	2.757.994,36
Conselho Fiscal	4,67	N/A	-	N/A	602.356,50	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	602.356,50
Total	20,00	N/A	23.665,52	N/A	11.170.590,86	4.672.199,38	N/A	N/A	N/A	2.000.000,00	N/A	N/A	N/A	17.866.455,76

Os valores de remuneração acima correspondem aos valores efetivamente recebidos pelos Administradores. Não incluem encargos sociais.

A remuneração total com encargos sociais contabilizada em 2011, incluindo provisão de remuneração variável a serem pagos em 2012 totalizou R\$ 29.612 mil.

Exercício social encerrado em 31/12/2012

Valores em reais														
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	6,42	N/A	1.667.095,45	N/A	8.051.781,23	1.840.344,00	N/A	N/A	N/A	1.718.229,00	N/A	N/A	N/A	13.277.449,68
Conselho de Administração	8,75	N/A	-	N/A	3.700.533,70	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	3.700.533,70
Conselho Fiscal	4,67	N/A	-	N/A	823.697,81	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	823.697,81
Total	19,84	N/A	1.667.095,45	N/A	12.576.012,74	1.840.344,00	N/A	N/A	N/A	1.718.229,00	N/A	N/A	N/A	17.801.681,19

Os valores de remuneração acima correspondem aos valores efetivamente recebidos pelos Administradores. Não incluem encargos sociais.

A remuneração total com encargos sociais contabilizada em 2012, incluindo provisão de remuneração variável a serem pagos em 2013 totalizou R\$ 32.590 mil.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2013

Valores em reais														
Orgão	No membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável					Benefícios Pós Emprego	Benefícios Gerados pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
		Salário ou Pró-Labore	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração o por Participação em Comitês	Honorários	Bônus	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Verbas Indenizatórias				
Diretoria Estatutária	7,00	N/A	5.260.003,00	N/A	8.625.175,00	9.525.175,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	3.005.202,00 (*)	26.415.555,00
Conselho de Administração	10,00	N/A	-	N/A	4.514.191,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.514.191,00
Conselho Fiscal	5,00	N/A	-	N/A	617.833,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	617.833,00
Total	22,00	N/A	5.260.003,00	N/A	13.757.199,00	9.525.175,00	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	3.005.202,00	31.547.579,00

(*) Valor estimado conforme período de exercício da opção (*vesting period*)

Os valores de remuneração acima não incluem encargos sociais.

Conforme aprovado no Conselho de Administração em Reunião Ordinária realizada em 05 de março de 2013, a verba global de remuneração prevista para o período compreendido entre a Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 2013 e a AGO de 2014 é de R\$ 37.000.000,00. Adicionalmente o Conselho aprovou o valor estimado de R\$ 3.000.000,00 referente ao Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações. Estes valores serão submetidos à aprovação da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2013.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2010	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros	7,00	9,00	4,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 30.000.000,00(*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não existe. É de no máximo o valor informado acima (*)	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 2.431.408,58	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2010 é de R\$ 30 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Exercício social encerrado em 31/12/2011	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros	6,33	9,00	4,67
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 35.000.000,00 (*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 4.672.199,38	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2011 é de R\$ 35 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Exercício social encerrado em 31/12/2012	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho de Administração (**)</u>	<u>Conselho Fiscal (**)</u>
Número de membros	6,42	8,75	4,67
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 35.000.000,00 (*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 1.840.344,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléia Geral Ordinária, que no caso de 2012 é de R\$ 35 milhões.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2013

Para o exercício de 2013, as premissas para os indicadores de metas, a princípio, poderão ser as mesmas adotadas em 2012, sujeitas às variações necessárias para refletir à conjuntura econômico-financeira global.

Exercício social a encerrar em 31/12/2013	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	7,00	10,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas. (*)	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 14.287.762,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 9.525.175,00	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O limite para pagamento incluindo a remuneração fixa, é a verba anual definida em Assembléia Geral Ordinária.

(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

- Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembléias.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. Em 2011, foram elegíveis ao Plano os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.

Para o exercício social 2012 continua o plano aprovado em 14 de abril de 2011.

- **termos e condições gerais**

As regras gerais do plano devem ser formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e principalmente o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

- **principais objetivos do plano**

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado

- **forma como o plano contribui para esses objetivos**

O plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores eleitos, com os empresa.

- **como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da empresa frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais-chave para o negócio.

- **como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da empresa frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais chave para o negócio.

- **como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

O plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos determinados (carência para compra das ações). O preço pré determinado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazo.

- **número máximo de ações abrangidas**

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 5 programas a serem realizados de 2011 a 2015.

- **número máximo de opções a serem outorgadas**

Até 31/12/2012 foram outorgadas aos empregados eleitos a seguinte quantidade de opções:

Outorga 2011 - 3.965.910 opções, representando 0,391% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 - 3.935.899 opções, representando 0,388% do total de ações de emissão da Companhia.

- **condições de aquisição de ações**

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das Ações Subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício, nos termos do Contrato de Opção.

- **critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O Conselho de Administração estabelecerá o preço de exercício ("Preço de Exercício") de cada Opção no momento em que a mesma for concedida, o qual será equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa") no mês anterior à data da concessão das Opções.

- **critérios para fixação do prazo de exercício**

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

- **forma de liquidação**

O preço de exercício de cada ação objeto da opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

- **restrições à transferência das ações**

Durante o Período de Exercício, é vedado ao Participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

- **efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Desligamento Sem Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento

voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2012

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	38	4	100
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	162.033	9.247	-

* O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Para o exercício de 2011 foi aprovado na Assembléia Geral e Extraordinária, de 14 de abril deste ano, o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia.

Remuneração baseada em ações no exercício social (2011)

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	6	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	03/10/2011	03/10/2011
Quantidade de opções outorgadas:	1.408.215	31.494
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .	total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R\$ 11,98	R\$ 11,98
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	1.408.215	31.494
(b) Das opções perdidas durante o exercício social :	951.328	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social:	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	0	0
Valor justo das opções na data da outorga:	R\$ 5,05	R\$ 5.05
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1343% do capital total da Usiminas.	0,0077% do capital total da Usiminas.

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

Remuneração baseada em ações no exercício social (2012)

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
Nº de membros:	7	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	28/11/2012	28/11/2012
Quantidade de opções outorgadas:	1.081.949	46.486
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .	total de 3 anos, com possibilidade de antecipação de 33% ao ano, após o primeiro ano contado da outorga (0/33/33/33) .
Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos da data da outorga	7 anos da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício:	R\$ 10,05	R\$ 10,05
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	1.081.949	46.486
(b) Das opções perdidas durante o exercício social :	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social:	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	0	0
Valor justo das opções na data da outorga:	R\$ 5,77	R\$ 5,77
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0,1067% do capital total da Usiminas.	0,0046% do capital total da Usiminas.

13.7 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Referente ao ano de 2011

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
• número de membros	4	1
• em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	304.591	20.996
ii. data em que se tornarão exercíveis	03/10/2013 e 03/10/2014 (50%/50%)	03/10/2013 e 03/10/2014 (50%/50%)
iii. prazo máximo para exercício das opções	02/10/2018	02/10/2018
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
• em relação às opções exercíveis		
i. quantidade	152.296	10.498
ii. prazo máximo para exercício das opções	02/10/2018	02/10/2018
iii. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	**	**

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

Referente ao ano de 2012

• Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*
• número de membros	7	1
• em relação às opções ainda não exercíveis		
i. quantidade	1.081.949	46.486
ii. data em que se tornarão exercíveis	28/11/2013, 28/11/2014 e 28/11/2015 (33%/33%/33%)	28/11/2013, 28/11/2014 e 28/11/2015 (33%/33%/33%)
iii. prazo máximo para exercício das opções	27/11/2019	27/11/2019
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,05	R\$ 10,05
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	**	**
• em relação às opções exercíveis	Não aplicável	Não aplicável

* Receberam em função de serem executivos da companhia.

** A companhia não apurou o valor justo das opções no último dia do exercício social.

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Desde sua implantação dos programas em 2011 não houve opções exercidas.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Parâmetro	Black Scholes	Premissa
Data de outorga	Novembro/2012	-
Vesting	33% após 1º ano, 33% após 2º ano e 33% após 3º ano	Desenho do plano
Vigência ajustada	4,5 anos	Média entre o <i>vesting</i> e a vigência
Preço de mercado	R\$ 12,02	USIM5 em 28/11/2012 (data da outorga)
Preço de exercício	R\$ 10,05	Média ponderada da USIM5 no mês anterior à data de outorga (outubro/2012)
Taxa de juros livre de risco	8,25% a.a.	Elaborada curva de juros ajustada ao vencimento conforme títulos públicos disponíveis em 5/12/2012 (NTN-F)
Volatilidade	37,95%	Considerada volatilidade histórica ajustada 36 meses anteriores à outorga
Dividendos	0,63%	Considerados os dividendos pagos nos últimos 12 meses anteriores à outorga
Valor justo da opção	R\$ 5,77	Metodologia <i>Black Scholes</i>

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários						
Orgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa as contribuições feitas diretamente pelos administradores
Conselho de Administração (*)	0	N/A	N/A	N/A	R\$ -	R\$ -
Diretoria Estatutária	3	USIPREV	3 administradores reúnem as condições para se aposentar	Nenhum dos Administradores	R\$ 5.340.189,61	R\$ 310.219,32

(*) A companhia não possui planos de previdência para membros do Conselho de Administração

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

valores nominais sem encargos sociais.

Valores em reais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Número de membros	6,42	6,33	7,00	8,750	9,00	9,00	4,67	4,67	4,00
Valor da maior remuneração (reais)	2.387.568,57	6.000.000,00	3.809.008,38	1.047.171,76	1.461.994,36	934.122,00	120.466,48	127.037,92	117.066,64
Valor da menor remuneração (reais)	930.627,15	660.000,00	166.000,00	206.450,00	216.000,00	53.333,36	120.466,48	90.005,31	32.800,00
Valor médio da remuneração (reais)	1.476.137,96	1.386.937,71	996.071,23	387.770,29	393.999,19	190.913,49	120.466,48	112.044,64	78.044,43

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista não existirem os instrumentos indicados.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

ÓRGÃO	Exercício social encerrado (2012)	Exercício social encerrado (2011)	Exercício social encerrado (2010)
Conselho de Administração	79%	87%	87%
Conselho Fiscal	60%	76%	75%
Diretoria Estatutária	64%	11%	6%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os administradores e membros do conselho fiscal não recebem, nem receberam nos últimos 3 exercícios sociais, remuneração que não em razão da função que ocupam na Companhia.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, por não haver, nem ter havido nos últimos 3 exercícios sociais, pagamentos aos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, pelos nossos controladores, ou controladas e coligadas.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Não há.

(documento original assinado)

Ronald Seckelmann

Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores